

1. MENSAGEM DA DIREÇÃO

Na reentrada, mês de agosto no seu epílogo, vem-nos à reflexão, com maior veemência, as questões (problemas) económicos, sociais e ambientais. Desde logo, a matéria dos impostos e da economia.

A pressão fiscal sobre a economia é intensa em Portugal. A carga de impostos é um pesado fardo que trava o dinamismo económico. Reduzir impostos, em particular o IRS é urgente, mas para ser efetivo e sustentável, o Estado tem de encontrar um caminho para encolher a despesa, caso contrário as declarações sobre redução de impostos não passarão de promessas vãs.

Com efeito, se o Estado não travar a despesa tudo isto será debalde. Pode-se discutir a redução de um ou outro imposto, mas se não houver poupança nas despesas tudo isto não passará de uma falácia, porque como se sabe a despesa do Estado será sempre paga com o dinheiro dos contribuintes. É preciso redesenhar a máquina do Estado para que cumpra as suas obrigações e a despesa pública não seja um problema crónico que trave a criação de riqueza e empobreça o país.

Quando, em abril deste ano, o Plano de Estabilidade anunciou um conjunto de medidas de redução da carga fiscal, ganhos de eficácia em benefícios fiscais e revisão da despesa fiscal, a Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) apontou a falta de credibilidade das medidas, por serem meras expressões de intenção sem qualquer sustentabilidade técnica, ou seja, não foi explicitado como se financiaria tais medidas. Assim, discutir uma redução de impostos sem falar na forma de a financiar não é sério.

No plano económico geral, um ano depois da primeira subida da taxa de juro pelo Banco Central Europeu os tempos parecem mudados. Se a inflação desacelerou na União Europeia (UE), também é certo que as suas economias fortes estão hoje menos fortes, enquanto as fracas aparentam estar não tão fracas.

Entretanto, a economia portuguesa permanece em contraciclo, exibindo a terceira melhor taxa de crescimento da União Europeia para o mesmo período, cerca de 2,3%. Também na inflação Portugal se destaca pela positiva, contrastando os seus 4,3% com os 5,3% da zona euro no mês de julho.

Contudo, o país parece ter entrado em modo dual, com um lado da economia que se afirma pujante e desafia o ritmo de crescimento europeu e outro destinado a seguir em último e sem capacidade de recuperação, prevalecendo o sentimento dominante entre os cidadãos de degradação do seu nível de vida.

É hora de aceitar a realidade e tomar medidas responsáveis em prol de um futuro económico socialmente sustentável para as gerações presentes e futuras.

Bom regresso ao trabalho.

Cordialmente

A Direção

2. TAXAS SUPLETIVAS DE JUROS MORATÓRIOS EM VIGOR NO 2.º SEMESTRE DE 2023

Foi publicado no Diário da República de 9 de agosto o Aviso n.º 14922/2023 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças que fixa as taxas supletivas de juros moratórios em vigor no 2º semestre de 2023 em:

- i) 12% – a taxa supletiva de juros de mora relativa a créditos de que sejam titulares empresas comerciais, singulares ou coletivas, nos termos do § 5º do artigo 102º do Código Comercial e do Decreto-Lei 62/2013, de 10 de Maio;
- ii) 11% – a taxa supletiva de juros de mora relativa a créditos de que sejam titulares empresas comerciais, singulares ou coletivas, nos termos do § 3º do artigo 102º do Código Comercial.

3. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS AO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO - ALTERAÇÃO AO SNC

Em 23 de agosto foi publicado o Decreto-Lei 73/2023, de 23 de agosto, que transpõe para o Direito nacional a Diretiva (UE) 2021/2101 no que respeita à divulgação de informações relativas ao imposto sobre o rendimento por determinadas empresas e sucursais, alterando para o efeito o Decreto-Lei 158/2009, de 13 de julho, na sua versão atual, que aprovou o SNC (Sistema de Normalização Contabilística).

Este diploma, que produz efeitos relativamente aos exercícios que se iniciem em ou após 22/06/2024, tem subjacente um aumento da transparência das empresas, contribuindo para um maior escrutínio por parte dos financiadores, investidores, fornecedores, clientes, trabalhadores e da sociedade civil em geral, quanto aos impostos sobre o rendimento suportados pelas empresas multinacionais que exercem atividade na União Europeia e em particular em Portugal.

Determinadas empresas e sucursais ficam, assim, obrigadas a elaborar e disponibilizar publicamente um relatório com um conjunto de informações, nomeadamente relativas ao imposto sobre o rendimento reconhecido e ao imposto sobre o rendimento pago, discriminado por cada jurisdição fiscal ou por cada Estado-Membro, independentemente de onde esteja estabelecida a empresa-mãe do grupo multinacional, o que, através de um escrutínio mais esclarecido e da respetiva responsabilização pública das empresas, induz o combate à elisão fiscal em matéria do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.

O relatório deve ser publicado no prazo máximo de 12 meses após a data do balanço do período a que se reporta o relatório.

A presente Informação Económica, Financeira e Fiscal destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Informação não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte os nossos técnicos.